

**FÓRUM MUNDIAL OIT SOBRE TRABALHO DIGNO PARA UMA
GLOBALIZAÇÃO JUSTA**

Começo por realçar, uma vez mais, a minha enorme satisfação pela realização do I Fórum Mundial subordinado ao tema ‘Trabalho Digno para uma Globalização Justa, iniciativa conjunta da OIT e da Presidência Portuguesa da União Europeia. E realçando, aliás, a minha satisfação pela forma como o Fórum decorreu e pelos resultados que produziu.

Antes de tudo, quero agradecer a todos os que tornaram este Fórum possível. Desde logo, à OIT, na pessoa do seu director-geral Juan Somavia, pela decisão da iniciativa, pela parceria estreita e a todos os títulos exemplar com a Presidência Portuguesa, e pelo empenhamento colocado em todas as fases do processo. Gostaria ainda de agradecer o apoio dado pela Comissão Europeia. E não posso também deixar de agradecer, de um modo muito pessoal, a todos os que em Lisboa tornaram esta realização possível, destacando naturalmente o papel desempenhado por Paulo Bárcia.

Mas, neste momento, quero saudar acima de tudo todos os participantes no Fórum. Não posso deixar de salientar o alto nível de representação qualidade e dos contributos aqui trazidos, bem como a sua abrangência, quer geográfica, quer de quadrantes sociais e políticos. No momento em que encerramos três dias de trabalhos intensos e amplamente participados, posso desde já dizer, dando voz à esmagadora maioria de quem esteve em Lisboa, que há uma ideia que resulta clara. Este Fórum valeu a pena.

Desde logo, porque é possível retirar dos debates destes três dias um conjunto de mensagens fortes que constituem um património de resultados para o futuro. Resultados

do fórum e para a própria agenda do Trabalho Digno. Resultados que reforçam a necessidade de prosseguir este longo e partilhado caminho.

Antes de mais, o Fórum de Lisboa permite consolidar a importância crucial do Trabalho Digno enquanto perspectiva de progresso económico e social à escala global. Para muitos, foi uma oportunidade de perceber as potencialidades desta abordagem; e para muitos, também, nos quais me incluo naturalmente, foi o confirmar, e o reafirmar, de uma convicção partilhada que se vai solidificando e alastrando a uma escala verdadeiramente global.

Pela minha parte, e sei que exprimo um sentimento consensual nesta sala e em muitos pontos do mundo, não tenho dúvidas de que o conceito de trabalho digno apresentado pela OIT em 1999, pelo Director-Geral Juan Somavia, é uma importante síntese entre as legítimas e incontornáveis preocupações com as questões do desenvolvimento económico, com as preocupações sociais e as aspirações dos seres humanos, tanto no trabalho como nos reflexos que este tem na coesão social.

Tenho-o dito, e não é demais sublinhar: o conceito do trabalho digno é um fortíssimo instrumento da comunidade internacional para a acção sobre os efeitos da globalização, em especial sobre o acentuar das desigualdades e a exclusão de franjas da população, muitas vezes extensas, dos benefícios que ela pode trazer. É fundamental que encontremos formas de tornar efectiva esta agenda.

Esta é uma agenda simples: criar as condições para que mulheres e homens de todo o mundo possam ter acesso a um trabalho digno e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Como imperativo ético e de cidadania, e também como base para um desenvolvimento sustentável.

Deixem-me arriscar algumas lições do nosso trabalho.

A primeira é a clara percepção das razões da força do trabalho digno enquanto agenda global. Há muito que se discute a globalização. Mas o Trabalho Digno traz inovações sólidas a esta problemática, e daí a sua força. Com este conceito, e os seus desenvolvimentos que têm vindo a ser trabalhados ao longo dos anos, estamos munidos

de ferramentas concretas para o trabalho neste imenso campo; estamos munidos de uma abordagem com a imensa virtualidade de ter uma densidade ética a toda a prova e impactos duradouros e sustentáveis no desenvolvimento económico; temos instrumentos para actuar em várias frentes de maneira integrada e estrutural, da economia ao emprego, da protecção social ao diálogo social; e temos ferramentas para trabalhar a várias escalas territoriais (regiões-mundo; países, regiões; sectores; empresas).

A segunda lição é o facto de que estamos perante um jogo em que, cumprindo as suas regras elementares, todos ganham. Desde logo, claro, os seus beneficiários directos: as muitas centenas de milhões de pessoas que hoje não têm acesso aos patamares mínimos de dignidade. Mas também os empregadores e os sectores mais dinâmicos das sociedades, porque vêem reforçada a sua base de participação e inclusão.

Mas atenção, como frisava ontem o Ministro Espanhol, Jesus Caldera Sánchez-Capitan, onde há um trabalhador ilegal ou clandestino, há um contratante ilegal. Assim sendo, quem não cumpre as regras do jogo não pode estar isento de consequências. Porque os impactos negativos são para todos: para os afectados directamente, mas também para todos os outros trabalhadores, e para as empresas – os que jogam limpo, que criam riqueza e bem-estar e que vêem a concorrência desleal minar as bases de sustentabilidade das empresas empregos. Por isso, quem explora as múltiplas formas de trabalho indigno; quem promove, organiza ou lucra com redes de trabalho clandestino está fora desta agenda, está contra esta agenda, e por isso tem de mudar. Para que todos os que jogam de acordo com as regras ganhem. Este é também o desafio do trabalho digno.

Isto remete para uma terceira ideia: os impactos globais e multiplicadores da agenda do trabalho digno.

Aliás, a agenda do trabalho digno é global não apenas pelos efeitos que tem em todo o mundo, mas porque ela *se aplica* em todo o mundo. Porque também nos países desenvolvidos há situações que estão longe dos padrões de qualidade que elevados níveis de desenvolvimento exigem. Basta lembrarmo-nos das fortes palavras que o ministro Giuliano Amato ontem nos deixou.

Mais uma razão para a força do trabalho digno. Esta agenda não é algo distante de nós, mesmo quando, para alguns possa parecer.

Sendo o trabalho o factor decisivo de integração das pessoas, a cidadania fica por cumprir: onde e quando subsistem fenómenos de trabalho em condições desumanas; onde e quando subsistem situações de exploração do trabalho infantil; onde e quando subsistem situações de trabalho sem condições de saúde, higiene e segurança; onde e quando existem situações de trabalho forçado; onde e quando subsistem discriminações atentatórias da dignidade, com base no género, na etnicidade ou outros quaisquer critérios.

As pessoas são os agentes definitivos do crescimento mas têm igualmente de ser os seus últimos destinatários. Sem trabalho decente as sociedades não ganham bases, não ganham cidadãos, não ganham consumidores; e os Estados não ganham capacidade de actuação nem de regulação ou melhoria das condições em que o mercado funciona, perdendo-se todos os efeitos acumuladores endógenos do próprio crescimento económico.

É por isso que a sustentabilidade, como visão de longo prazo, é a meu ver decisiva. E nela, para além das questões ambientais, a tripla sustentabilidade dos modelos sociais (financeira, económica e social) tem como pilar global o conceito de trabalho digno.

Neste quadro, o fórum que hoje termina é mais um passo muito importante para a afirmação da agenda do trabalho digno no espaço global. De um modo muito particular, aliás, e posso aqui garanti-lo enquanto Presidência da União Europeia, a agenda do trabalho digna sai claramente reforçada no contexto europeu, onde este Fórum contribui para solidificar uma prioridade que já está a ganhar forma: abrir os horizontes da Agenda de Lisboa para uma visão global de um mundo comprometido com a multidimensional visão da sustentabilidade.

Mas creio também ser importante, na conclusão deste fórum, fazer referência a duas ordens de questões.

Em primeiro lugar, destacando alguns pontos específicos que foram tratados ao longo destes dias. Necessariamente não todos, como compreendem, e necessariamente de forma que não pode fazer inteira justiça à riqueza dos trabalhos. Permitam-me que foque de forma telegráfica algumas destas questões:

- o diálogo social e do papel dos parceiros sociais. Não há trabalho digno sem diálogo social estruturado ou sem estratégias partilhadas pela sociedade civil, sem sindicatos livres e sem responsabilidade social das empresas.

- a economia informal. Ela é sempre uma limitação de base a qualquer estratégia consequente de promoção do trabalho digno e do próprio desenvolvimento mas é tantas vezes, uma realidade que temos de transformar e não ocultar.

- os fluxos migratórios. Uma matéria da máxima delicadeza no que toca aos direitos, ao bem-estar e ao trabalho, e em que as questões da dignidade se colocam demasiadas vezes.

- para além dos migrantes, outros grupos são também especialmente vulneráveis deste ponto de vista. Destaco dois grupos: as mulheres e as crianças.

- e não posso deixar de destacar as situações particularmente dramáticas da exploração e do tráfico de seres humanos.

Termino esta intervenção fazendo referência àquela que será, talvez, a questão mais importante que se abre no nosso horizonte: que futuro para a Agenda do Trabalho Digno? Que passos podem ser dados daqui para a frente?

Tendo em conta os resultados deste Fórum, seria extremamente positivo fossem dados passos sólidos para aprofundar e levar mais longe o trabalho em torno de instrumentos concretos para a implementação do Trabalho Digno. E, também, passos sólidos numa dimensão que é cada vez mais nuclear: começar a avaliar e a medir impactos das

medidas de Trabalho Digno: quais os resultados de Planos de Trabalho Digno onde já estão a ser desenvolvidos? Quais os resultados das experiências já consolidadas, por exemplo no plano do microcrédito? Como e em que dimensões estes impactos já são visíveis e onde podemos progredir mais rapidamente?

Este trabalho e os avanços que forem já possíveis nestas matérias, bem como o aprofundamento das diferentes dimensões temáticas desta estratégia integrada, sublinham a necessidade – que creio ser clara, imperiosa e incontornável - de aprofundar a experiência do Fórum.

Gostaria, portanto, de lançar este desafio à OIT: fazer desta iniciativa uma patamar para novos encontros onde seja possível solidificar progressos, aprofundar instrumentos e avaliar os impactos já conseguidos e potenciais. O que aqui vivemos motiva-nos para um novo Fórum que, na Europa ou em qualquer outra parte do mundo, afirme o engrossar da mobilização global para esta Agenda. Certamente não faltarão vontades nem momentos para o concretizar.

Ficou claro neste Fórum que o Trabalho Decente para uma Globalização Justa já é bem mais que uma dinâmica da OIT, ele é, e ainda mais depois deste fórum um caminho de esperança e um aglutinador de vontades.

Para todos os que não se resignam perante a pobreza e o sofrimento humano. Para todos os que recusam a desigualdade brutal que se abate sobre os que nascem condenados à exclusão, condenados a olharem de longe o direito a partilharem a essência de ser humano: o direito de serem cidadãos do mundo.